

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO AEE NO DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Edileide da Silva Fontes

Bruno Alves de Sousa

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) consiste em um dos serviços oferecidos pela Educação Especial para atender aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em escolas públicas e privadas. Visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, de modo que elimine barreiras que impeçam a plena participação desses discentes no âmbito educacional. Parte-se da seguinte questão de pesquisa: como o Atendimento Educacional Especializado contribui no desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down (SD)? Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral compreender como se dá a atuação do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento desses alunos com SD. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Os dados que constituem o corpus de análise têm como lócus uma escola da rede pública de ensino localizada numa cidade do Alto Oeste Potiguar, e como colaboradora, uma professora que atua na sala de recursos multifuncionais desta instituição. Assim sendo, esses dados foram construídos por meio da aplicação de um questionário semiestruturado com a referida docente. Tem como aporte teórico documentos normativos, tais como: Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Além disso, toma por base os estudos de Mazzotta (2001), Bedaque (2015), Almeida (2015) e Reis (2017). Os resultados encontrados apontam que a colaboradora elabora o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) de forma individual, levando em consideração tanto as dificuldades como as potencialidades de cada estudante com a referida síndrome. Ademais, ela utiliza recursos tecnológicos e a parceria entre os demais profissionais da instituição e as famílias como estratégias metodológicas para potencializar o desenvolvimento destes. Diante do exposto, foi possível compreendermos a importância de o profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado estar buscando aperfeiçoar constantemente seus conhecimentos para que tenha condições de oferecer serviços e recursos que, de fato, atendam às necessidades educacionais dos alunos público-alvo da Educação Especial, ainda mais nas escolas públicas.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Sala de recursos multifuncionais, Síndrome de Down.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da Educação Especial sob a perspectiva inclusiva no Brasil, surge o desafio da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no âmbito do ensino regular. Exigindo a necessidade desta instituição de ensino reestruturar a organização de seu trabalho pedagógico, de modo que atenda às peculiaridades de todos os alunos que fazem parte deste sistema de ensino.

Nesse sentido, esta instituição passou a reorganizar-se, fundamentando-se a partir de documentos, leis e normativas que asseguram o direito de todos à educação. Abrindo espaço para práticas pedagógicas, as quais, além de atender às necessidades educacionais de todos os alunos, sejam capazes de eliminar todo e qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Dessa maneira, garante a inserção dos grupos historicamente excluídos do sistema de ensino regular, onde esses alunos juntamente com os demais, possam fazer parte ativamente da construção de seus próprios conhecimentos. Assim sendo, a fim de proporcionar uma educação pública, e de qualidade para todos, no decorrer dos últimos anos, tornam-se recorrentes discussões referentes à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos público-alvo da Educação Especial.

Contudo, justificamos a necessidade de abordarmos tal temática em decorrência de sentirmos carência de reflexões acerca da contribuição desse atendimento no desenvolvimento de alunos especificamente com Síndrome de Down (SD), no âmbito das instituições públicas de ensino. Partindo dessa lacuna, nasce este trabalho com o intuito de responder à seguinte questão de pesquisa: como o Atendimento Educacional Especializado contribui no desenvolvimento de alunos com SD?

Para tanto, traçamos como objetivo geral: compreender como se dá a atuação do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down. Já como objetivos específicos: analisar como ocorre a organização do Atendimento Educacional Especializado com alunos com Síndrome de Down; identificar a diferença entre o trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais e o da sala de aula regular e, investigar as estratégias metodológicas exitosas realizadas pelo professor durante os atendimentos, no curso do processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

No tópico seguinte, nos debruçaremos da parte teórica deste trabalho. Dessa forma, a partir de documentos normativos, como a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a Resolução CNE/CEB, n.º 2, de 11 de fevereiro de 2001, a Resolução CNE/CP, n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002, o Plano de

Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009 e as Diretrizes de Atenção à pessoa com Síndrome de Down (2013) faremos um paralelo com as concepções de Mazzotta (2001), Bedaque (2015), Reis (2017), Silva e Silva (2017) e Almeida (2015) tecendo, desse modo, reflexões acerca do histórico da Educação Especial sob a perspectiva inclusiva no Brasil, o Atendimento Educacional Especializado e o aluno com Síndrome de Down.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

Ao pensarmos na educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na perspectiva inclusiva é importante contextualizarmos as raízes históricas desse movimento que foi fruto de muitas lutas e reivindicações. Tornando-se necessário fazermos um breve percurso sobre como se deu o processo de evolução da Educação Especial no Brasil para podermos compreender como ocorreu de fato, a caminhada dessa modalidade de ensino em nosso país.

A Educação Especial no Brasil foi por muito tempo definida como uma assistência dada aos alunos que apresentavam algum tipo de deficiência. Essa educação não tinha um caráter pedagógico, pois, o processo educativo dessas pessoas, na visão de muitos, era considerado inviável. Nesse sentido, acontecia apenas um atendimento clínico, de caráter assistencialista e de forma segregada, em instituições especializadas. Segundo Mazzotta (2001), a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é algo recente na sociedade brasileira.

Tal discussão só veio ganhar maior visibilidade a partir da década de 1990 através de algumas normativas, políticas e ações direcionadas para a Educação Especial sob a perspectiva inclusiva em nosso país. Como foi o caso da Declaração de Salamanca (1994), a qual defendia a ideia de que todos os alunos devem aprender juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e, em escola de ensino regular. Trouxe dessa forma, a concepção de educação para todos.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p. 17-18).

Nesse sentido, compreendemos a relevância deste documento para a efetivação de uma educação voltada para a formação de cidadãos livres de preconceitos, que reconheçam e valorizem as diferenças. Isto é, para uma educação onde as pessoas sejam capazes de aprender com o diferente, de modo que possam construir uma sociedade mais justa e igualitária. Logo, a Declaração de Salamanca assegura o direito à espaços educacionais inclusivos, onde tanto as pessoas com deficiência como as demais tenham a oportunidade de conviver com as diferenças. Amplia a participação de todos os estudantes nas instituições de ensino.

Segundo Bedaque (2015) essa importante declaração refletiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, uma vez que esta lei passou a apresentar a inclusão como princípio e a Educação Especial enquanto uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Assegura ainda, a inclusão educacional e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (BRASIL, 1996).

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 contribuiu significativamente para o avanço da Educação Especial sob a perspectiva inclusiva no Brasil. Antes desta lei, esta modalidade de ensino não era oferecida dentro do ensino comum regular. Dessa maneira, a Educação Especial não era vista sob a perspectiva inclusiva, haja vista que, os alunos que apresentavam algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação eram matriculados somente em escolas especializadas.

A Resolução CNE/CEB, n º 2, de 11 de fevereiro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Isso se designou como mais um grande passo para a universalização à diversidade na educação brasileira, ao recomendar em seu Art. 2º, que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais

especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Dessa forma, objetivando acompanhar o processo de mudança, essa resolução apresenta-se como uma forma de inserir os alunos com necessidades educacionais especiais em todas as instituições de ensino. Evidencia que é dever da escola acolher todos os alunos, sejam eles com necessidades educacionais especiais ou não, pois a garantia ao acesso à educação é um direito de todos. Tal instituição tem a obrigação de propiciar condições que atendam às necessidades de cada um. Contudo, o documento coloca como possibilidade a substituição do ensino regular pelo atendimento educacional especializado.

Posteriormente, com a Resolução CNE/CP, nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, há a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Diretrizes essas que determinam que esta formação deve ocorrer em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena. Além disso, conforme está enfatizado no Art. 2º, o preparo para a atividade docente deve ter como princípios:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (BRASIL, 2002).

Desse modo, podemos observar que as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores para a Educação Básica (2002) sugerem que os cursos de licenciatura proporcionem formação docente voltada para a atenção à diversidade. Isto é, uma formação que contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos. Dentro dessa perspectiva, os professores da contemporaneidade deparam-se com o desafio urgente de estabelecer estratégias que sejam capazes de responder a essa demanda. Assim sendo, os cursos de licenciatura devem preparar professores efetivamente capazes de lidar com o conjunto das complexas atribuições demandadas por uma comunidade escolar que se constitui em sua pluralidade.

Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) vem abordar a problemática da infraestrutura das instituições de ensino. Discute desde a questão da acessibilidade das edificações escolares, passando pela formação docente até chegar às salas de recursos multifuncionais.

A partir de 2008, com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro do referido ano, emerge uma nova política de Educação Especial no cenário brasileiro. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), explicitando a obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades. Assim, tal política visa assegurar o acesso e a participação dos alunos que possuem algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação nas escolas públicas de ensino regular.

Asseguram-se inclusão, educação gratuita de qualidade e atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, ao respeitar e valorizar as diferenças dentro do contexto educacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), oferece dessa maneira, uma educação para todos. Desse modo, propicia condições necessárias para que todos os alunos tenham acesso e permaneçam neste tipo de ensino ao longo dos anos escolares.

Sendo assim, o Atendimento Educacional Especializado no contexto das escolas públicas, desempenha um papel muito importante, pois, além de proporcionar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo de forma gratuita, fornece orientações tanto aos professores das salas de aula regular quanto às famílias.

Logo, este atendimento se caracteriza como um dos serviços oferecidos pela Educação Especial, voltada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em escolas públicas e privadas de ensino regular. Assim, consiste em um importante instrumento criado para dar suporte aos alunos com necessidades educacionais específicas. Possibilitando a criação, o desenvolvimento e a implantação de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras e abram espaço para a inclusão de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Isto posto, o atendimento educacional especializado tem como função:

(...)identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, **não sendo substitutivas à escolarização**. Esse atendimento **complementa e/ou suplementa** a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 10, grifos nossos).

Dessa maneira, esse atendimento à medida que objetiva garantir a permanência do aluno na escola regular, promovendo acessibilidade física (adaptações arquitetônicas,

adequação de mobiliário e de equipamentos) favorece a criação/organização de materiais pedagógicos, estratégias diferenciadas e métodos de avaliação adequados às necessidades do aluno. Proporciona dessa forma, condições para que o aluno possa participar plenamente do próprio processo de ensino-aprendizagem, de modo que se torne uma pessoa independente tanto dentro do âmbito educacional quanto no meio social.

Nesta perspectiva, conforme ressalta o Art. 5º da Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009, o Atendimento Educacional Especializado:

é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da **própria escola** ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em **centro de Atendimento Educacional Especializado** da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, grifos nossos).

Dessa forma, compreendemos que este atendimento é realizado, prioritariamente, em salas de recursos multifuncionais. Segundo Reis (2017), essas salas consistem em um espaço físico, “[...] caracterizado por uma diversidade de recursos didáticos e pedagógicos que permitam ao aluno ter contato com variadas possibilidades de construção de saberes[...]”. Todavia, conforme explicitado na resolução citada acima, a autora elucida que as atividades desenvolvidas no AEE são diferentes das realizadas na sala de aula regular, afirmando que estas não substituem as do ensino comum.

Nesse sentido, a disseminação desse atendimento amplia a oferta de educação complementar ou suplementar aos alunos público-alvo da Educação Especial, oferecendo apoio à comunidade escolar (BEDAQUE, 2015). Visto que, os professores dessas salas devem atuar de forma colaborativa com os professores das classes comuns, definindo juntos, estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno ao currículo, bem como ações que promovam, efetivamente, a inclusão.

Embora já mencionado algumas vezes no decorrer deste trabalho de forma explícita, vale salientar que de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o público-alvo da Educação Especial constitui-se em três categorias: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo elas conceituadas como:

[...] **pessoa com deficiência** aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com **transtornos globais do desenvolvimento** são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo

alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com **altas habilidades/superdotação** demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p. 9, grifos nossos).

Nesse viés, nos adentraremos na questão de alunos com Síndrome de Down. Segundo as Diretrizes de Atenção à pessoa com Síndrome de Down (2013), a Síndrome de Down ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada, isto é, trata-se da alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos, sendo a principal causa de **deficiência intelectual** nos indivíduos.

De acordo com essas diretrizes a “presença do cromossomo 21 extra na constituição genética determina características físicas específicas e atraso no desenvolvimento” (BRASIL, 2013, p. 9). Dessa forma, conforme ressaltam Silva e Silva (2017), essa síndrome traz consigo limitações intelectuais, fazendo com que a maturação da pessoa com Down ocorra de maneira lenta. Assim, tanto a sua linguagem quanto seu processo de aprendizagem também ocorrem de forma demorada.

No entanto, Almeida (2015), enfatiza que embora a apreensão de conhecimentos acadêmicos seja limitada devido à deficiência, há a possibilidade de um efetivo desenvolvimento de suas potencialidades. Concepção que vai ao encontro das Diretrizes de Atenção à pessoa com Síndrome de Down (2013), dado que estas deixam claro que quando pessoas com Síndrome de Down/deficiência intelectual são estimuladas adequadamente, possuem grandes chances para desenvolver-se.

À vista disso, evidenciamos a necessidade das instituições de ensino permitirem que o aluno com Síndrome de Down/deficiência intelectual tenha acesso a recursos assistivos, capazes de minimizar barreiras que impeçam sua plena participação no próprio processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, compreendemos a importância de além desses alunos estarem matriculados na rede regular de ensino, interagindo e socializando-se com os demais alunos, também sejam assistidos pelo Atendimento Educacional Especializado, visto que esse atendimento é fundamental para o desenvolvimento de potencialidades destes.

No próximo tópico, apresentaremos o percurso metodológico desta pesquisa, explicitando sua abordagem, a caracterização da escola e dos sujeitos envolvidos, bem como os instrumentos adotados na construção e análise dos dados.

2. 2 Metodologia

A abordagem do presente trabalho foi de cunho qualitativo, tendo em vista que, segundo Oliveira (2008), esta abordagem proporciona uma relação interdependente entre pesquisador e objeto de estudo, cujo pesquisador à medida que analisa a realidade desejada, faz o uso de técnicas que permitem um olhar mais detalhado e reflexivo do seu objeto. Logo, essa abordagem oportunizou-nos a análise do nosso objeto de estudo de forma minuciosa, o que favoreceu o aprofundamento da investigação.

A pesquisa foi realizada com uma escola da rede pública de ensino localizada numa cidade do Alto Oeste Potiguar. A escolha pelo *lócus* de pesquisa se deu pela questão desta escola ser a única do município que conta com a sala de recursos multifuncionais. Para tanto, como instrumento de coleta de dados, recorreremos à utilização de um questionário semiestruturado, o qual foi enviado via *WhatsApp* em julho de 2024 e, respondido de forma assíncrona por uma professora efetiva que atua há 6 anos na sala de recursos multifuncionais desta instituição. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), tal instrumento é:

[...] constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201).

Vale salientar que, visando manter o anonimato da colaboradora desta pesquisa, explicamos a mesma que não íamos revelar sua identidade, tampouco a da escola e dos alunos citados por ela no decorrer deste trabalho. Nesta perspectiva, objetivando preservar a verdadeira identidade de seus alunos, a colaboradora criou os seguintes nomes fictícios para referir-se a eles: *Margarida*, *Girassol* e *Cravo*.

Dessa forma, a primeira parte do questionário criado para coleta de dados buscou-se obter as seguintes informações: formação da professora, tempo de atuação na Educação Especial, especificamente no Atendimento Educacional Especializado, onde se localiza a sala de recursos multifuncionais, se atende alunos com Síndrome de Down, e a faixa etária destes.

Na segunda parte do questionário, buscou-se identificar aspectos referentes ao período que os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais, à organização do plano de Atendimento Educacional Especializado desses alunos, à diferença do trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais para o desenvolvido pelo professor da sala de aula regular, e à exemplificação de experiências exitosas que favoreceram o desenvolvimento desses alunos.

Após a coleta dos dados obtidos através do questionário, realizamos a análise de nossos resultados, tecendo discussões a partir de resoluções, decretos, legislações e autores citados no referencial teórico. Ademais, com o intuito de melhor fundamentar teoricamente este

trabalho, introduzimos concepções e desdobramentos de outros pesquisadores que também abordam a temática trabalhada.

No tópico seguinte, a partir do nosso instrumento de coleta de dados, o questionário, inicialmente, mostraremos o perfil profissional da colaboradora, as características dos alunos atendidos com Síndrome de Down e o período que estes frequentam sala de recursos multifuncionais. Em seguida, realizaremos a análise acerca da organização do trabalho docente, observando como a colaboradora organiza o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) desses alunos. Posteriormente, apresentaremos a compreensão da docente acerca da diferença entre a sala de recursos multifuncionais e a sala de aula regular. Por fim, identificaremos as estratégias metodológicas exitosas realizadas pela professora durante os atendimentos que contribuíram no processo de ensino-aprendizagem de tais alunos.

2.3 Resultados e Discussões

Como citado anteriormente, a primeira parte do questionário voltou-se para questões, as quais nos possibilitassem conhecermos o perfil da profissional que atua na sala de recursos multifuncionais da escola investigada. Para tanto, ao perguntarmos qual era a formação desta profissional, obtemos como resposta:

Quadro 1 – Formação docente

Pergunta	Resposta
Qual sua formação?	Sou formada em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, tenho especializações em Atendimento Educacional Especializado, Salas de Recursos Multifuncionais, Formação do Educador e Psicopedagogia (clínica e institucional), atualmente participo de projeto de pesquisa na UERN e sempre estou procurando ampliar a minha formação com cursos de capacitações à distância e presencial e eventos acadêmicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas da professora colaboradora (2024).

Dessa forma, podemos perceber que tal profissional conta com um vasto currículo, visto que, além de ter formação inicial, em Pedagogia, dispõe de diversas formações continuadas. Assim, entendemos que a professora está sempre buscando aperfeiçoar seus

conhecimentos para lidar com as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, visando oferecer condições de Atendimento Educacional Especializado adequadas às necessidades individuais de cada discente. Concepção que vai ao encontro com a perspectiva de Oliveira (2017), ao afirmar que:

A formação docente continuada é essencial [...] no contexto educacional inclusivo, pois a mesma oferece a compreensão da prática pedagógica de maneira inclusiva e eficiente, onde as dificuldades, as singularidades, a diversidade do alunado, a cultura e as limitações específicas dos educandos com necessidades educacionais especiais (NEE), passam a ser compreendidas de forma mais humana e democrática (OLIVEIRA, 2017, p. 11).

Nesse viés, o professor que atua em uma sala de aula que objetiva ser inclusiva, deve primeiramente ter uma formação que propicie o ensino acessível a todos os alunos, inclusive, aos que possuem necessidades educacionais especiais. Portanto, só assim terá subsídios para identificar quais recursos e estratégias metodológicas são adequadas para que seus alunos possam desenvolver-se de forma exitosa. Atendendo às necessidades de cada um, desenvolvendo assim, uma prática pedagógica que leve em consideração as dificuldades e singularidades de seus alunos.

A fim de descobrirmos se a colaboradora atendia alunos com Síndrome de Down na sala de recursos multifuncionais da instituição investigada, perguntamos:

Quadro 2 – Atendimento Educacional Especializado de alunos com Síndrome de Down

Pergunta	Resposta
Você atende alunos com Síndrome de Down? Caso atenda, quantos e qual a faixa etária?	Sim, eu atendo a 3 (três) alunos com SD, sendo Margarida (9 anos) que está matriculada no EF I, Girassol (13 anos) no EF II e Cravo (28 anos) na EJA.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas da professora colaboradora (2024).

Dessa maneira, observamos que a professora atende a alunos com Síndrome de Down de faixas etárias, etapas e modalidades diferentes. Dessa forma, constatamos que, de fato, esta profissional desenvolve sua prática pedagógica em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual defende que o Atendimento Educacional Especializado, deve prestar serviços e disponibilizar recursos à alunos com necessidades educacionais especiais de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Objetivando compreender o período que os alunos matriculados com Síndrome de Down frequentam a sala de recursos multifuncionais desta instituição, indagamos:

Quadro 3 – Período que os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais

Pergunta	Resposta
Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?	Margarida e Girassol, eles são retirados da sala de aula regular no horário da aula. No início do ano letivo é realizado a anamnese e se torna uma opção da família, considerando que ambos, tem atendimento com profissionais da saúde, duas vezes na semana em uma cidade localizada há 27km da cidade que eles residem. Com relação a Cravo é atendido no contraturno.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas da professora colaboradora (2024).

A partir da resposta da professora colaboradora, observamos que apenas Cravo é atendido no contraturno. Enquanto Margarida e Girassol são atendidos durante o horário de aula da sala regular. Prática que se contrapõe à Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009, cujo Art. 5º defende que esse atendimento deve ocorrer prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da escola onde o aluno estuda, no turno inverso da escolarização.

Referente à organização do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), realizamos o seguinte questionamento:

Quadro 4 – Organização do plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE)

Pergunta	Resposta
Como você organiza o plano de Atendimento Educacional Especializado desses alunos? Descreva-o.	O PAEE é um documento construído de forma individual, ou seja, personalizada, identificando as potencialidades e dificuldades, priorizando a garantia do acesso, a permanência e a participação da escola dos alunos. No que tange os atendimentos é de 50 (cinquenta) minutos, de forma individual sendo o acesso 1(uma) vez por semana. Os meus Planos sigo os dados padronizados direcionados aos professores do AEE que atuam na rede estadual, que são: objetivos, organização do atendimento, atividades pedagógicas, seleção de materiais, adequação e equipamentos, tipos de parcerias, profissionais da escola que receberão orientação, avaliação dos resultados e reestruturação do plano.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas da professora colaboradora (2024).

De acordo com a professora, esta organiza os planos de seus alunos a partir dos dados fornecidos pela rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte aos professores que atuam no AEE. Assim, constatamos que a colaboradora elabora o PAEE baseando-se nessa referência fornecida pela rede estadual, sendo de forma individual e levando em consideração as necessidades educacionais de cada aluno atendido. Dessa forma, a sistematização do plano tem como ponto de partida as potencialidades e dificuldades de cada um.

Nesse sentido, evidenciamos que a docente corrobora com a concepção presente na Resolução nº 04 de 2009, pois compreendemos que, assim como consta nesta legislação, a professora elabora, produz e sistematiza serviços, recursos e estratégias metodológicas considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2009).

Segundo Silva (2017, p. 15), os alunos com Síndrome de Down apresentam grandes potencialidades, porém “[...]carecem de mais tempo e de especialistas para auxiliarem em seu desenvolvimento, pois possuem um perfil de aprendizagem com características singulares, sendo importante respeitar o perfil de cada criança”. Nesta perspectiva, compreendemos ser de suma importância que o docente que atua na sala de recursos multifuncionais com alunos que têm Síndrome de Down, primeiramente, acredite no potencial desses alunos. Para que a partir disso, ao elaborar o PAEE, possa dar ênfase a atividades diversificadas, que dentre as áreas de formação, foquem no desenvolvimento cognitivo dos alunos com Down.

Ao indagarmos sobre a diferença entre o trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais pela professora do Atendimento Educacional Especializado e aquele desenvolvido na sala de aula regular pelo professor regente, a colaboradora nos respondeu da seguinte maneira:

Quadro 5 – Diferença entre a sala de recursos multifuncionais e a regular

Pergunta	Resposta
Qual a diferença do trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais para o desenvolvido pelo professor da sala de aula regular?	Procuro trabalhar de forma colaborativa, mantendo o diálogo com os professores e equipe pedagógica. Ressalvo, que é de responsabilidade do professor da sala de aula regular alfabetizar e ensinar conteúdos, pois não substitui o ensino comum. Cabe o professor do AEE identificar, elaborar, organizar e disponibilizar, trabalhando as áreas: comunicação (receptiva/expressiva), desenvolvimento cognitivo, raciocínio lógico, enriquecimento curricular,

	psicomotricidade, o emocional, afetivo e social.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas da professora colaboradora (2024).

A partir da resposta da docente, identificamos que a mesma entende a importância de o professor do AEE atuar de forma colaborativa tanto com os professores das salas regulares como com a equipe pedagógica de sua instituição de ensino, conforme prescreve a Resolução nº 04 de 2009. Ademais, também é perceptível que de acordo com sua concepção, o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais apresenta fins diferentes do realizado na sala de aula comum regular. Perspectiva que vai ao encontro da concepção de Bedaque (2015), ao salientar que:

Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. As atividades desenvolvidas com os alunos diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BEDAQUE, 2015, p. 33)

Dessa forma, podemos notar que não cabe ao professor que atua na sala de recursos multifuncionais alfabetizar, tampouco ensinar conteúdos curriculares aos alunos com necessidades educacionais especiais, visto que isso é incumbência dos que atuam na sala de aula comum regular. Assim, entendemos que o trabalho do professor no AEE, principalmente com alunos com Síndrome de Down, deve se concentrar na elaboração de atividades que trabalhem tanto a estimulação do desenvolvimento cognitivo quanto a comunicação, a motricidade, o raciocínio lógico e as competências socioemocionais (emoções, afetividade e socialização). Deve viabilizar estratégias que eliminem as barreiras que prejudicam a aprendizagem, a participação e a socialização desses estudantes, proporcionando autonomia e independência.

Com o intuito de identificarmos experiências exitosas desenvolvidas pela professora durante os atendimentos, de modo a descobrir quais estratégias metodológicas contribuíram no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, questionamos:

Quadro 6 – Experiência exitosa desenvolvida durante o Atendimento Educacional Especializado

Pergunta	Resposta
	Sim, em obediência às regras de segurança da Covid-19, no período da pandemia, ministrei aulas on-line para Margarida e Girassol, no

Você consegue citar alguma experiência exitosa, desenvolvida por você, durante os atendimentos que contribuiu no desenvolvimento desses alunos? Se a resposta for sim, descreva-a e, explique quais estratégias metodológicas foram utilizadas.	qual ambos usavam o celular. De início tive medo de não dar certo. Por terem dificuldade, atenção, concentração e compreensão, foram construídos slides no programa powerpoint. Procurava utilizar letras no tamanho grande e imagens coloridas em formato gif (com movimentos). Como uma forma de obter a atenção dos alunos, usamos vídeos no youtube e atividades do site wordwall. As aulas foram construídas baseando-se nas habilidades e carência de cada aluno, tive o suporte da família e as auxiliares de ensino que acompanhava toda a aula. Além das aulas on-line que era 1 (uma) vez na semana, os pais tinham que realizar atividades práticas. Para isso ele recebia materiais impressos e informações para usar materiais do cotidiano (como exemplo: tampas, água, macarrão, etc). Foi uma experiência que eu não tinha esperança de dar certo e hoje lembro com orgulho desse processo.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas da professora colaboradora (2024).

Logo, aferimos que a professora foi desafiada a reinventar sua prática docente a partir do contexto do ensino remoto. Fazendo de um momento totalmente complexo e desafiador que foi a Pandemia da Covid-19, uma experiência muito proveitosa, a qual, admite sentir-se orgulhosa por sua execução. Para isso, recorreu ao uso de recursos tecnológicos, como foi o caso de plataformas de vídeos, jogos e aulas on-line.

Segundo Toledo (2015), a utilização de recursos tecnológicos no âmbito educacional auxilia tanto o professor quanto o aluno no processo de ensino-aprendizagem. À medida que possibilita condições para o professor executar uma aula mais dinâmica, criativa e prazerosa, oportuniza ao aluno participar ativamente da construção de seus próprios conhecimentos. Desse modo, percebemos o quanto os recursos tecnológicos consistem em estratégias metodológicas que favorecem o processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, podemos verificar que os jogos, apresentam-se como elementos importantes para o desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down/deficiência intelectual. Se executados dentro da sistemática de um bom planejamento, provocam aprendizagem significativa, estímulo à construção de um novo conhecimento e o desenvolvimento de novas habilidades (ALMEIDA, 2015).

Outrossim, constatamos que a parceria tanto com os demais profissionais da instituição de ensino como com as famílias constituiu-se como meio fundamental para a

realização dessa experiência exitosa. Nesta perspectiva, conforme enfatiza autora recém-mencionada, a participação e o envolvimento de todos que fazem parte do convívio com alunos Síndrome de Down é muito importante para estes possam avançar no processo de aprendizagem. Assim, podemos compreender a importância do trabalho colaborativo para o pleno desenvolvimento desses alunos.

No último tópico, concluímos nosso trabalho apresentando as observações constatadas ao longo desta pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos apontamentos realizados no decorrer deste trabalho, foi possível compreendermos a importância de o profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado estar buscando aperfeiçoar constantemente seus conhecimentos para que tenha condições de oferecer serviços e recursos que de fato, atendam às necessidades educacionais dos alunos público-alvo da Educação Especial, ainda mais nas escolas públicas. Logo, é fundamental que esse profissional tenha capacidade para planejar atividades que minimizem as dificuldades desses alunos e potencializem suas habilidades.

Sob este viés, retomando aos questionamentos que nos guiaram durante este percurso investigativo, conduzindo-nos a compreendermos como se dá a atuação do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down, verificamos que a colaboradora da pesquisa elabora o plano de Atendimento Educacional Especializado de forma individual, levando em consideração tanto as dificuldades como as potencialidades de cada um.

Assim, a colaboradora realiza a organização do Atendimento Educacional Especializado na sala de recursos multifuncionais com alunos com Síndrome de Down visando complementar ou suplementar o trabalho realizado na sala de aula regular. Recorre à utilização de recursos tecnológicos (jogos e vídeos) e ao trabalho colaborativo com os demais profissionais da instituição e as famílias como estratégias de ensino que contribuem no desenvolvimento desses alunos.

Desse modo, ressaltamos que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, tendo em vista que foi possível compreendermos como ocorre a organização do Atendimento Educacional Especializado com alunos com Síndrome de Down, identificarmos a diferença entre o trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais e o da sala de aula regular e, investigarmos as estratégias metodológicas exitosas realizadas pela professora durante os atendimentos, no curso do processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

Nesta perspectiva, reafirmamos a necessidade de mais discussões acerca da contribuição do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down no contexto das instituições públicas de ensino. Tais discussões servem de subsídio para profissionais que atuam nessa área desenvolverem uma prática docente exitosa. O AEE contribui na promoção de um ambiente diversificado, onde há respeito, empatia, compreensão, estímulos, recursos pedagógicos adequados, estratégias metodológicas diferenciadas e profissionais qualificados. Em suma, favorece a efetivação de uma educação gratuita de qualidade e inclusiva, na qual as diferenças são evidenciadas, respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mônica Rafaela de. **Deficiência intelectual e o atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.
- BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de setembro de 2009**.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. – 1. ed., 1. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.1. ed. 2017.

REIS, Eletrissandra Rodrigues. A importância da sala de recursos multifuncionais na inclusão do estudante com deficiência intelectual. **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**. Mossoró, 2017.

SILVA, Cristiane Oliveita Dias; SILVA, Paulo Rogério Santos. O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Síndrome de Down na Educação Infantil. **Instituto Federal Goiano** – Campus Cristalina, 2017.

TOLEDO, Bruno de Silva. **O uso de softwares como ferramenta de ensino-aprendizagem na educação do ensino médio/técnico no Instituto Federal de Minas Gerais**. Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2015.